

**POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES ENTRE TRADUÇÕES DA
BNCC: ENTREVISTA COM MARCIA SERRA FERREIRA**

TEACHER TRAINING POLICIES BETWEEN TRANSLATIONS OF THE BNCC:
INTERVIEW WITH MARCIA SERRA FERREIRA

POLÍTICAS DE FORMACIÓN DE PROFESORES ENTRE TRADUCCIONES DE LA
BNCC: ENTREVISTA CON MARCIA SERRA FERREIRA

Marcia Serra Ferreira¹ 0000-0002-2034-5992
Elizabeth Fernandes Macedo² 0000-0003-4886-8709
Paulo de Tássio Borges da Silva³ 0000-0001-7653-1404
Érika Virgílio Rodrigues da Cunha⁴ 0000-0002-6648-5261
Adria Simone Duarte de Souza⁵ 0000-0002-3234-4882

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; marciaserraferreira@gmail.com

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, elizabethmacedo@gmail.com

³ Universidade Federal Fluminense – Angra dos Reis, Rio de Janeiro, Brasil; correio.paulotassio@id.uff.br

⁴ Universidade Federal de Rondonópolis – Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil; erikavrcunha@gmail.com

⁵ Universidade do Estado do Amazonas – Manaus, Amazonas, Brasil; adriasduarte@gmail.com

RESUMO:

A pesquisadora Marcia Serra Ferreira, Professora Titular da Faculdade de Educação da UFRJ e, desde 2023, atuando como Diretora da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB) da CAPES, é a entrevistada da edição temática especial da REC “Ressignificações da BNCC nos múltiplos espaço-tempos de tradução”. Na conversa, realizada no primeiro semestre de 2025, ela sublinha alguns dos desafios da formação de professores da educação básica no Brasil, como a pouca atratividade da profissão e a formação voltada a grupos historicamente sub-representados nas políticas, além de ressaltar perspectivas e ações para a área, com ênfase na recente ampliação do PIBID e do Residência Pedagógica, na oferta do Parfor e na criação do Parfor Equidade. Marcia Serra aponta que instituir uma política de iniciação à docência contínua e permanente é um horizonte necessário à CAPES. De modo importante, explicita o incessante movimento tradutório da BNCC e da Resolução CNE N. 04/2024 por professores, escolas e universidades, assinalando tanto os processos de diferir contextuais atinentes à pluralidade da experiência profissional e educativa, como a autonomia, o conhecimento, a experiência e a criatividade das Instituições de Educação Superior na constituição das políticas.

Palavras-chave: políticas de currículo; formação de professores; traduções da BNCC.

ABSTRACT:

Researcher Marcia Serra Ferreira, Full Professor at the Faculty of Education of the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) and, since 2023, Director of the Directorate for Teacher Training in Basic Education (DEB) at CAPES, is the interviewee for REC's special thematic

issue “Reinterpretations of the BNCC in the multiple space-times of translation.” In the conversation, held in the first semester of 2025, she highlights some of the challenges of training basic education teachers in Brazil, such as the low attractiveness of the profession and training focused on groups historically underrepresented in policies, in addition to emphasizing perspectives and actions for the area, with an emphasis on the recent expansion of PIBID and Pedagogical Residency, the offer of Parfor, and the creation of Parfor Equidade. Marcia Serra points out that establishing a policy of continuous and permanent teacher training is a necessary goal for CAPES. Importantly, she explains the incessant translation of the BNCC and CNE Resolution No. 04/2024 by teachers, schools, and universities, pointing out both the contextual differences related to the plurality of professional and educational experience, as well as the autonomy, knowledge, experience, and creativity of Higher Education Institutions in the constitution of policies.

Keywords: curriculum policies; teacher training; translations of the BNCC.

RESUMEN:

La investigadora Marcia Serra Ferreira, profesora titular de la Facultad de Educación de la UFRJ y, desde 2023, directora de la Dirección de Formación de Profesores de Educación Básica (DEB) de la CAPES, es la entrevistada del edición especial temático de la REC «Reinterpretaciones de la BNCC en los múltiples espacios-tiempos de traducción». En la conversación, realizada en el primer semestre de 2025, ella destaca algunos de los retos de la formación de profesores de educación básica en Brasil, como el escaso atractivo de la profesión y la formación dirigida a grupos históricamente infrarrepresentados en las políticas, además de resaltar perspectivas y acciones para el área, con énfasis en la reciente ampliación del PIBID y la Residencia Pedagógica, la oferta del Parfor y la creación del Parfor Equidad. Marcia Serra señala que instituir una política de iniciación a la docencia continua y permanente es un horizonte necesario para la CAPES. De manera importante, explica el incesante movimiento de traducción de la BNCC y la Resolución CNE N. 04/2024 por parte de profesores, escuelas y universidades, señalando tanto los procesos de diferir contextuales relacionados con la pluralidad de la experiencia profesional y educativa, como la autonomía, el conocimiento, la experiencia y la creatividad de las Instituciones de Educación Superior en la constitución de las políticas.

Palabras clave: políticas curriculares; formación de docentes; traducciones de la BNCC.

Introdução

A pesquisadora Marcia Serra Ferreira, Professora Titular da Faculdade de Educação da UFRJ e, desde 2023, atuando como Diretora da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é a entrevistada da edição temática especial da REC “Ressignificações da BNCC nos múltiplos espaço-tempos de tradução”. A edição focaliza as recentes políticas curriculares no Brasil, mantendo a preocupação de desconstruir mecanismos que criam o controle do currículo como efeito de verdade e dificultam a proliferação da diferença como diferença em si. Defende o caráter instituinte do currículo como enunciação no terceiro espaço da cultura, reverberando a crítica a concepções técnicas e burocráticas de currículo.

Márcia Serra é graduada em Ciências Biológicas (Licenciatura e Ecologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com pós-doutorado na Unicamp e Fulbright Visiting Scholar na University of Wisconsin em Madison, nos Estados Unidos, sob a supervisão de Thomas Popkewitz. É Professora Titular da Faculdade de Educação da UFRJ, onde atua na Pós-Graduação em Educação e no Mestrado Profissional em Ensino de Biologia (PROFBIO). É Cientista do Nosso Estado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ) e lidera o Projeto Fundão Biologia, uma iniciativa de extensão pioneira na UFRJ. Em suas pesquisas focaliza o Currículo de Ciências e Biologia, a História do Currículo e das Disciplinas, a Formação de Professores e as Políticas de Currículo.

Na conversa realizada no primeiro semestre de 2025, a Coordenadora da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB) da CAPES sublinha alguns dos desafios da formação de professores da educação básica no Brasil, como o de enfrentar a pouca atratividade da profissão e o de propor uma formação voltada às especificidades dos grupos historicamente sub-representados nas políticas, além de ressaltar perspectivas e ações para a área, com ênfase na recente ampliação do PIBID e do Residência Pedagógica, na oferta do Parfor e na criação do Parfor Equidade. Marcia Serra ressalta que instituir uma política de iniciação à docência contínua e permanente é um horizonte necessário à CAPES. De modo importante, assinala o incessante movimento tradutório da BNCC e da Resolução CNE N. 04/2024 por professores, escolas e universidades, avultando tanto os processos de diferir contextuais atinentes à pluralidade da experiência profissional e educativa, quanto a autonomia, o conhecimento, a experiência e a criatividade das Instituições de Educação Superior na constituição das políticas.

Adria Simone Duarte de Souza: Marcia, considerando o atual cenário brasileiro, quais seriam, na sua perspectiva, os maiores desafios da formação de professores da educação básica hoje no Brasil?

Marcia Serra: A formação de professores é uma questão complexa não somente no Brasil, mas em várias partes do mundo. Um dos aspectos dessa questão é a pouca atratividade da profissão, que em nosso país tem relação tanto com a formação inicial quanto com a carreira e as condições de trabalho nas redes de ensino. Nessa direção, um dos maiores desafios é o enfrentamento dessa questão em uma ação mais fortemente coordenada entre os entes federativos, ofertando formação de qualidade, com especial atenção para as demandas em áreas

específicas, aliada à realização de concursos públicos e planos de carreira que possam atrair e manter os professores na profissão. Outro grande desafio se refere ao enfrentamento das assimetrias regionais na oferta de uma formação de qualidade nas diversas áreas do conhecimento, assim como na oferta de formação adequada para grupos historicamente sub-representados nas políticas, como os indígenas, os quilombolas e as populações do campo. Aliás, esse tema da adequação docente é um outro importante desafio, uma vez que ainda temos no país, segundo dados do Inep de 2024, quase 33% dos professores em exercício nas redes públicas de ensino sem formação em nível superior ou com formação inadequada, isto é, com bacharelado ou licenciatura em área do conhecimento não correspondente às disciplinas escolares com as quais esses professores atuam na educação básica.

Adria Simone Duarte de Souza: Estamos na segunda metade do terceiro ano deste que é o terceiro mandato de Lula. Quais perspectivas você tem, à frente da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica da CAPES, em relação às ações para a área?

Marcia Serra: As ações da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica da CAPES estão hoje concentradas em dois grandes (e dos mais longevos) programas de formação inicial de professores no país: o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), o primeiro voltado para a iniciação à docência nos cursos de licenciatura, e o segundo para a adequação da formação de professores já em exercício nas redes públicas de ensino. Como vocês podem constatar, esses são programas que dialogam de forma direta com os desafios já apontados na pergunta anterior e que têm sido constantemente mapeados pelo Inep, dando subsídios para que a Diretoria possa atuar de forma estratégica na produção da política.

De forma resumida, posso dizer que as perspectivas da Diretoria para esses dois programas vão em duas direções: (a) na intenção de que sejam cada vez mais estratégicos, com as ofertas sendo planejadas de acordo com um mapeamento ainda mais rigoroso das demandas e necessidades das diferentes regiões e territórios; (b) na direção de uma maior institucionalização, fazendo com que as Instituições de Educação Superior possam articular todas as suas ações na formação de professores e possam, no futuro, criar contrapartidas para uma existência ainda mais integrada e robusta do Pibid e do Parfor.

Érika Virgílio Rodrigues da Cunha: Marcia, o regime de colaboração entre os sistemas de ensino da educação básica e da educação superior é um desafio permanente na história mais recente do país, principalmente porque a expansão da pós-graduação, uma condição fundamental para ampliar a formação de professores das redes de ensino, foi seguida de

impactos severos no financiamento da pesquisa e das universidades, com as políticas de austeridade fiscal, grosso modo. Como você avalia as atuais ações da CAPES acerca da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica para enfrentar essa questão?

Marcia Serra: A CAPES possui uma ação coordenada das Diretorias de Formação de Professores da Educação Básica e de Educação à Distância, a primeira atuando mais centralmente na formação inicial de professores e a segunda com ações e programas tanto na formação inicial, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), quanto na formação continuada, com cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*. Tais iniciativas não partem de ideias isoladas, elas compõem a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica publicada em 2016. As ações de formação de professores da CAPES têm sido produzidas, portanto, em meio às políticas educacionais do país, em especial aos Planos Nacionais de Educação, em diálogo com as suas metas para cada decênio. Também no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) vigente entre 2025 e 2029, há um capítulo específico situando questões e desafios para a melhoria da Educação Básica e as contribuições que podem advir da Pós-Graduação brasileira. É na interlocução com esses documentos da política que aspectos como a iniciação à docência, a adequação da formação dos professores em exercício e a formação em nível de pós-graduação, para dar alguns exemplos, emergem e se consolidam em nossas ações.

No caso da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica, tanto a iniciação à docência quanto a adequação da formação inicial são parte de um planejamento estratégico que conta com diagnósticos produzidos pelas Instituições de Educação Superior participantes das ações, em diálogo com as necessidades e demandas dos territórios. A existência de fóruns nas unidades da federação, que foram desorganizados após o golpe contra o mandato da Presidente Dilma Rousseff, fortalece a nossa capacidade de mapear essas necessidades e demandas, sendo um elemento importante na constituição de um regime de colaboração que articule a Educação Superior e as redes públicas de ensino da Educação Básica. Mais recentemente, temos incluído as nossas ações no Novo PAR (Plano de Ações Articuladas) do Ministério da Educação, assumindo que esse instrumento pode ser um importante canal de interlocução com as redes de ensino para um planejamento ainda mais estratégico da Diretoria na oferta de formação adequada.

Érika Virgílio Rodrigues da Cunha: Retomando o seu destaque para os programas que oferecem bolsas, sabemos que a concessão de bolsas e auxílios para o desenvolvimento de pesquisas e projetos inovadores na educação básica é, sem dúvida, parte importante das

demandas pelas quais a área tem lutado. Poderia nos falar um pouco mais sobre como essa discussão e as ações da Diretoria de Formação têm se colocado neste momento?

Marcia Serra: Como sabemos, no Pibid a Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica concede bolsas para estudantes de licenciatura envolvidos na iniciação à docência em subprojetos coordenados por docentes universitários que são bolsistas e supervisionados por professores das escolas públicas também bolsistas dos projetos. Essas bolsas para os formadores, nas Instituições de Educação Superior e nas escolas, buscam tanto induzir um maior envolvimento e interesse da Educação Superior pela formação de professores quanto reconhecer e valorizar o papel das escolas públicas e seus professores nessa formação. Assim, ainda que o foco do Programa esteja na formação inicial dos licenciandos e licenciandas, ele atua em várias direções, constituindo uma política que também inova ao produzir efeitos nos significados que a formação de professores vai assumindo socialmente, assim como nos sujeitos que dela participam nos diferentes contextos produtores da política.

Já no Parfor, um Programa existente desde 2009, a oferta de bolsas é para os docentes formadores, uma vez que as Instituições de Educação Superior ofertam os cursos em datas e horários diferenciados, de modo a atender as demandas dos professores que já atuam nas redes públicas de ensino. No Parfor Equidade, edital lançado em 2023 para a oferta de cursos em Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação do Campo, Educação Especial Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos, as bolsas se estendem também para os estudantes indígenas, pardos, pretos, quilombolas, das populações do campo, surdos e público-alvo da educação especial, uma iniciativa que percebe a importância e a urgência de formar professores desses grupos para que possam atuar em seus contextos e territórios.

Obviamente as bolsas são um forte incentivo para a promoção de políticas na área, não é por acaso que esses Programas vieram crescendo na oferta de bolsas ao longo do tempo. No Pibid, por exemplo, saímos da concessão de 3.761 bolsas para discentes no primeiro edital em 2007 para quase 80 mil bolsas também para discentes no edital mais recente, lançado em 2024. Mas esse investimento, que é bastante robusto, atende somente cerca de 5% das matrículas em cursos de licenciatura no país. Torna-se necessário, portanto, um trabalho conjunto para a ampliação do Programa, institucionalizando a iniciação à docência a partir de toda a experiência acumulada e para além da oferta de bolsas. Investindo nessa direção, a Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica tem se movido em duas direções: (a) na produção de um estudo sobre as trajetórias dos egressos do Pibid, Residência Pedagógica (PRP) e Parfor, em parceria com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), uma organização social

vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); (b) na construção coletiva, por meio de oficinas com representantes dos grupos de bolsistas e a participação do Conselho Técnico-Científico da Educação Básica da CAPES, de um sistema de acompanhamento e avaliação do Pibid que nos permita instituir uma política de iniciação à docência contínua e permanente.

Érika Virgílio Rodrigues da Cunha: Outra problemática muito debatida e que guarda relações estreitas com a história de luta de nossas associações na área - como a Anped, a ANFOPE e a ABdC, entre outras - é a do ingresso na docência (carreira do magistério), algo destacado por você há pouco. Há dificuldades peculiares às diferentes regiões do Brasil, mas, seria possível nos falar de ações da Diretoria que você destacaria como mais relevantes nesse sentido?

Marcia Serra: Sim. Como já mencionado, as ações da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica da CAPES estão hoje majoritariamente concentradas no Pibid e no Parfor. Em termos de formação continuada, temos financiado ações de cooperação internacional levando professores da Educação Básica para atividades de curta e média duração nos Estados Unidos e na Irlanda, valorizando experiências de intercâmbio e mobilidade acadêmica que abrem novas perspectivas de investimento na carreira docente. Além disso, a Diretoria retomou, a partir do ano de 2023, a publicação de editais para o financiamento de eventos vinculados à formação de professores, na interface com a educação escolar, por meio do Programa de Apoio a Eventos no País para a Educação Básica (PAEP-EB). Essas ações são pensadas levando em conta as desigualdades regionais, fazendo com que a distribuição de recursos (bolsas e/ou custeio) por meio dos editais se organize regionalmente.

Esse conjunto de iniciativas registra um robusto investimento na formação inicial e continuada de professores, com efeitos no ingresso desses estudantes na carreira docente. Como já mencionado, um estudo em parceria com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) irá mapear as trajetórias dos egressos do Pibid, PRP e Parfor, produzindo dados que irão nos auxiliar na compreensão de como os Programas da Diretoria vêm impactando o ingresso na docência, a despeito de todas as dificuldades que os professores da Educação Básica têm que lidar em termos de carreira e condições de trabalho nas diversas redes de ensino.

Paulo de Tássio Borges da Silva: Mais pontualmente, considerando sua importante atuação no campo curricular, Marcia, e lembrando que tu estás atuando na diretoria de formação de professores da educação básica da CAPES, como tens visto os processos tradutórios em torno da BNCC? O que ela tem possibilitado, quais têm sido os desafios dessa política curricular?

Marcia Serra: As ações da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica da

CAPES são diretamente voltadas para a formação de professores e não para os processos de ensino-aprendizagem na Educação Básica. Isso não significa que não reconheçamos os potentes efeitos dos nossos Programas nas escolas onde licenciandos e licenciandas participam no Pibid e onde professores cursistas do Parfor seguem atuando profissionalmente. Em nossas muitas interlocuções e encontros com os participantes desses Programas, somos constantemente informados desses efeitos nos tempos e espaços das instituições escolares, percebendo o modo como textos da política – como a BNCC, mas também os currículos de Estados e Municípios, os materiais de ensino e livros didáticos – participam das disputas curriculares, dialogando com (e contra) as tradições curriculares das diversas áreas.

Paulo de Tássio Borges da Silva: Certamente. Então, no que se refere à atuação de sua diretoria na CAPES, que impactos da BNCC na formação de professores você destacaria? A BNC-Formação de Professores foi revogada, contudo, a Resolução CNE N. 04/2024 preserva nuances da BNC- formação, como observa os impactos desta Resolução nos cursos de licenciaturas e Pedagogia? E na formação continuada de professores? Como tem sido a recepção da BNC-Formação Continuada de professores nas IES, nas redes federal, estadual e municipal de educação? Como tens visto as interpretações e os processos tradutórios desta política?

Marcia Serra: Do mesmo modo que na Educação Básica, também na formação inicial e continuada de professores os diálogos com textos como a BNC-Formação e a Resolução CNE N. 04/2024 se dão nos diversos contextos de produção das políticas. Esse diálogo não resulta em uma absoluta adesão ou uma total rejeição às mesmas; diferentemente, ele ocorre em um movimento que nos aproxima e, simultaneamente, nos afasta dos textos, uma vez que os mesmos apresentam um conjunto heterogêneo de ideias que participam dos modos como viemos pensando e experienciando a formação de professores. Isso significa pensar que mesmo que as nossas portarias e editais não estabeleçam hoje normas obrigatórias vinculadas à essas normativas, elas estão presentes tanto nas interlocuções que a Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica faz ao produzir a política quanto naquelas que as Instituições de Ensino Superior fazem na proposição de cursos e projetos institucionais em resposta aos editais.

Elizabeth Fernandes Macedo: De fato, Márcia. E em tua experiência com a formação de professores, tens presenciado um engajamento das redes, das escolas e professores, com essas recentes políticas curriculares? Quais têm sido os lugares de escolas e professores nessas políticas?

Marcia Serra: Todas as ações da CAPES voltadas para a formação de professores são fomentadas por meio de chamadas públicas que fornecem princípios e diretrizes gerais da política. São as Instituições de Educação Superior que, de posse desses princípios e diretrizes, criam os cursos e demais ações formativas. No caso da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica, essas propostas incluem diagnósticos sobre as demandas das redes de ensino das regiões a serem atendidas, além de informações sobre como se darão as parcerias entre universidades e escolas. As propostas passam por avaliação e as que são aprovadas passam a ser fomentadas, com acompanhamento técnico e financeiro da Diretoria. Todo esse processo aposta na autonomia, conhecimento, experiência e criatividade das Instituições de Educação Superior em seus territórios, não sendo esperado um modelo único de formação.

Em relação às escolas e professores, no caso do Pibid temos esses profissionais sendo formalmente reconhecidos como parceiros indispensáveis na formação inicial, atuando como supervisores das ações que se desenvolvem nos núcleos dos diferentes subprojetos que compõem cada projeto institucional. Os objetivos e princípios do Programa são explícitos na intenção de promover a integração entre a educação superior e a educação básica, colocando as escolas públicas e seus professores no centro do processo formativo ao inserir os licenciandos no cotidiano da educação básica para uma experiência intensa e participação coletiva. No caso do Parfor, como o público-alvo do Programa são justamente os professores das redes públicas de ensino que ainda não possuem formação adequada às disciplinas escolares que ministram, os editais da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica são explícitos na intenção de fomentar projetos de formação inicial que se diferenciem dos cursos já regularmente ofertados pelas Instituições de Ensino Superior, uma vez que devem levar em conta tanto as experiências profissionais dos professores envolvidos quanto os contextos escolares nos quais atuam.

Elizabeth Fernandes Macedo: Há pouco, você ressaltou a ideia de movimentos de aproximação e distanciamento dos textos das políticas. Ainda tendo em vista a sua atuação como pesquisadora no campo do Currículo, como percebe a relação entre a produção teórica e acadêmica do campo e as políticas? Tal produção subsidia as políticas? As políticas leem os resultados das pesquisas?

Marcia Serra: Em minha atuação, desde 2023, a frente da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica, percebo os discursos do campo do Currículo atravessando os diferentes contextos de produção das políticas. Eles estão presentes (e em disputa) nas normativas da CAPES, nas propostas de formação das Instituições de Educação Superior, nos

olhares da nossa equipe e das comissões de avaliação, nos documentos avaliativos, na interação com professores e estudantes por meio dos nossos canais de atendimento e nos eventos que participamos nos diversos territórios. Toda a discussão acumulada no campo acadêmico sobre a dimensão prática na formação de professores, por exemplo, foi incorporada tanto na proposta de iniciação à docência do Pibid quanto na formulação do Parfor, que pensa a formação inicial dos professores já em exercício nas redes públicas de ensino com formatos que levem em conta as experiências profissionais desses docentes nas escolas brasileiras.

Também o modo como lidamos com a autonomia das Instituições de Educação Superior reafirma essa incorporação das discussões que vimos acumulando na área da Educação, em especial nas Políticas de Currículo. Afinal, tanto na organização dos projetos institucionais do Pibid e as relações dos mesmos com componentes curriculares dos cursos (como o Estágio Supervisionado, para dar um exemplo), quanto nos currículos dos cursos que são ofertados no Parfor, a Diretoria tem apostado em propostas diversificadas e antenadas com as diferentes realidades. Os textos da política não abrem mão de princípios e objetivos gerais para a constituição dos projetos e suas equipes, mas dá espaço para que as Instituições de Educação Superior, com suas variadas experiências na formação de professores, reinterpretem esses textos na elaboração de ações nos variados contextos da prática.

Agradecimentos

Nós agradecemos à Márcia Serra Ferreira pela oportunidade de conversar sobre as atuais políticas de formação de professores e curriculares, que se constituem como parte do cenário das discussões abordadas nesta edição da REC.

Referências

BALL, Stephen J. **Education reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham; Philadelphia: Open University Press, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 30 maio 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes-cp-2024>. Acesso em: 5 jul. 2025.

DERRIDA, Jacques. **Torres de Babel**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DERRIDA, Jacques. **O monolinguismo do outro**. Chão da feira, Belo Horizonte, 2016.

GARCIA, Maria Manuela; FERREIRA, Marcia Serra; MARSICO, Juliana. O comum e a qualidade nos currículos do ensino e da formação de professores. **Revista Em Aberto**, v. 33, p. 203–214, 2020. Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/4564>. Acesso em: 13 maio 2025.

MACEDO, Elizabeth; RANNIERY, Thiago. Derrida e a diferença: currículo como zona de tradução. **Imagens da Educação**, v. 13, p. 26-46, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/65632>. Acesso em: 07 de julho de 2025.

SOBRE O(S)/A(S) AUTOR(ES)/A(AS)

Marcia Serra Ferreira. Doutora em educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Diretora de Formação de Professores da Educação Básica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1158437195086725>

Elizabeth Fernandes Macedo. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Docente Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5123689806783161>

Paulo de Tássio Borges da Silva. Doutor em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Docente na Universidade Federal Fluminense. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7692677995296875>

Érika Virgílio Rodrigues da Cunha. Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Docente na Universidade Federal de Rondonópolis. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1583175347126296>

Adria Simone Duarte de Souza. Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Docente na do Estado do Amazonas. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7915521365617792>

Como citar

FERREIRA: Marcia Serra; MACEDO, Elizabeth Fernandes; SILVA, Paulo de Tássio Borges da; CUNHA, Érika Virgílio Rodrigues da; SOUZA, Adria Simone Duarte de. Políticas de formação de professores entre traduções da BNCC: entrevista com Marcia Serra Ferreira. **Revista Espaço Currículo**, v. 18, n. 3, e77337, 2025. DOI: 10.15687/rec.v18i3.77337.